O ENSINO DE HISTÓRIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL (1996-2008)

TALITA SANTONI MIOTTO

RESUMO
Este trabalho apresenta um contexto histórico do Ensino de História e suas transformações principalmente em nível fundamental. Valendo-se do uso teórico da História da Educação no Brasil, abordando as diversas reformas que essa educação passou desde o período colonial até a ascerção da nova LDB nº 9394/96. Retratando os diferentes métodos de ensino utilizados nas aulas de história, buscando inovações nestes métodos com o intuito de despertar nos educandos um olhar crítico do ensino de história, possibilitando o desenvolvimento do raciocínio, imaginação construtiva e julgamento crítico no processo ensino aprendizagem de história. Para tanto, utilizamos de teorias e conceitos de vários autores, enfatizamos a importância do uso da oralidade na pesquisa e utilizando-se de várias entrevistas para obtenção de dados referentes ao ensino de história. A execução deste trabalho, pautou-se no confronto das fontes analisadas para haver uma proximidade mais provável da veracidade dos fatos, trazendo à tona mudanças no papel que o
professor e aluno exercem, renovação do material didático e correlação do passado e presente na exposição do conteúdo o que têm contribuído para a valorização da história ensinada.

Palavras-chave: Análise, Educação, Ensino, História, Didático.

INTRODUÇÃO

Através do presente trabalho, procuramos informar ao leitor fatos que
ocorrem nas salas aula na correlação entre mestres e alunos no processo de ensino aprendizagem.
A área desta pesquisa se volta à História da Educação Brasileira, quando é retratado desde o período colonial até a ascensão da nova LDB, a finalidade que a educação exercia para cada sociedade de cada período analisado, bem como descrevemos as mudanças que ocorreram na educação principalmente com a democratização do ensino, com todos esses fatores mencionados a nossa linha de trabalho diáloga com a História da Educação.
A temática retratada neste estudo é o Ensino de História e o objeto de
estudo é as transformações que ocorreram no ensino de história. Com este tema proposto pretendemos analisar os caminhos pelos quais passa a história principalmente em nível fundamental, com o intuito de fazer um estudo aprofundado nos métodos de ensino de história que os mestres utilizam procurando inová-los para a disciplina de história deixar de ter um caráter decorativo passando a ter um enfoque crítico.
Esta pesquisa tem como problemática analisar o perfil de capacitação
profissional dos docentes ao excesso de serviço e a baixa remuneração que têm desestimulado os mestres em suas práticas de ensino fazendo com que os mesmos induzam aos alunos à métodos de memorização causando assim falta de interesse na disciplina estudada.
A escolha do tema em estudo surgiu da necessidade de compreender as razões da disciplina de história não ser valorizada tanto por professores como por alunos. Sendo assim esta pesquisa será de extrema importância para se elaborar um conhecimento de como está à aprendizagem nas salas de aula e tentar compreender as causas dos problemas ocorridos nos métodos de ensino utilizados.
Na investigação do tema proposto objetiva-se despertar nos alunos um
olhar crítico acerca do ensino de história, possibilitando o desenvolvimento de
raciocínio, imaginação construtiva e julgamento crítico no processo ensino
aprendizagem de História. Sabendo-se que muitas vezes os alunos são induzidos a meros métodos de memorização, gerando falta de motivação para o estudo da disciplina citada.
Para melhor compreensão, este trabalho foi dividido em três capítulos
sendo que no primeiro procura-se descrever a História da Educação no Brasil desde o pe-

ríodo colonial até a ascensão da nova LDB (nº 9394/96), enfatizando as mudanças que houveram na educação de cada período e principalmente com a promulgação da LDB (nº 9394/96), onde o ensino passa por várias reformas.

No segundo há uma discussão teórica com vários autores utilizando-se de conceitos como ensino, ensino de história, além da análise das transformações que ocorreram no ensino de história nas últimas décadas.

No terceiro enfatiza-se a importância em utilizar as fontes orais, e
recorrendo às entrevistas com professores e alunos sobre o ensino de história. Através de textos como o de Circe Maria, "No Ensino de História Fundamentos e Métodos", e o de Marcos C. da Silva "O prazer em ensino e pesquisa", além de outros e no diálogo com as fontes orais, acredita-se que possa despertar no leitor o prazer de conhecer melhor a educação e nos mestres e alunos interessarem pelas mudanças e uso de métodos diferenciados que gerem a satisfação em conhecer a história em forma de análise e pesquisa.

CAPITULO 1 - CONHECIMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Brasil era colônia de Portugal, sabendo-se assim que tudo que era
produzido aqui no Brasil tinha os fins lucrativos para Portugal, sendo que a economia se expandia em torno do engenho do açúcar e da produção cafeeira e os grandes proprietários de terras recorriam ao trabalho escravo, inicialmente dos índios e depois dos negros africanos.

Nesse contexto a educação não era meta prioritária a ser alcançada na
colônia, já que não havia necessidade de formação especial para desempenhar atividades na agricultura. Apesar disso as metrópoles européias enviam religiosos para o trabalho missionário com a criação da Companhia de Jesus composta por padres jesuítas que chegaram ao Brasil para converter os gentios e impedir que os colonos se desviem da fé católica.

O ensino que os padres jesuítas ministraram era completamente alheio à realidade da vida da colônia, sendo um ensino que não se preocupava com a
qualificação para o trabalho não contribuindo assim para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, mas era um ensino que se preocupava com as coisas da alma.

A educação interessava apenas a classe dirigente "a elite" por se tratar da maioria ser uma sociedade agrária e escravista não havia interesse pela educação, daí havia uma grande massa de iletrados, sendo que as mulheres e negros eram excluídos do ensino pelos padres jesuítas. Nota-se que nos séculos XVI e XVII, a educação foi marcada pelo ensino jesuítico, mas este ensino estava causando indignação devido seu não atendimento as necessidades profissionais mas só espirituais beneficiais aos padres que mantinham o controle na colônia, sendo assim os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal.

Segundo Aranha (1996, p. 134), "O ensino jesuítico foi modificado para o ensino de disciplinas isoladas com a intenção de oferecer aulas de línguas modernas como o francês, além do desenho aritmético, ciências naturais".

Mas havia dificuldades para esse ensino se concretizar, pois os colégios eram dispersos, os mestres incompetentes pela questão de serem mau remunerados. A escola era freqüentada somente pelos filhos dos homens que recebiam apenas uma educação que os preparava para assumir a direção do clã da família e dos negócios no futuro, sendo portanto uma educação limitada a um grupo de pessoas pertencente à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada. Com a expulsão dos jesuítas leigos começaram a ser introduzidos no
ensino a reforma pombalina e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

A presença do príncipe regente, D. João VI por 12 anos no Brasil trouxe mudanças nas instituições educacionais da época sendo a principal dessas mudanças a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) na colônia e em 1772 foi implantado o ensino público oficial, sendo que anteriormente o ensino era particularizado.

Com a vinda de D. João VI como foi dito anteriormente, o Brasil passa por mudanças como a abertura dos portos e a revogação do alvará que proibia a instalação de ma-

nufaturas, significando assim a ruptura do pacto colonial. Sendo assim, surgem alguns passos sugestivos para a então sonhada independência do Brasil. Como sabemos o Brasil enquanto colônia de Portugal não podia comercializar com outros países e pagava impostos altíssimos para Portugal, por isso buscava sua independência para comercializar seus produtos com outros países.

A educação, por conseguinte, neste período pré-independência foi
marcada com a presença de D. João VI. Assim que chegou ao Brasil, D. João Vi determinou as primeiras medidas a respeito da educação no sentido de criar escolas de nível superior para atender as necessidades do momento: formar oficiais do exército e da marinha para a defesa da colônia. A elite brasileira era formada pelos grandes proprietários que buscavam a independência do Brasil para comercializar com outros países sem a interferência de Portugal. O Brasil passou por uma crise econômica na produção do açúcar e do algodão que é superada com o cultivo do café, melhorando assim o seu comércio.

Os grandes proprietários viram que a melhor maneira para obter a
independência sem grandes revoltas era com a ajuda do príncipe Regente D. Pedro I de Portugal e os líderes do partido brasileiro se aproximaram de D. Pedro I para convencê-lo a assumir a liderança do movimento da independência, sendo que se ele aceitasse poderia assim governar o país e a independência seria realizada sem nenhuma ruptura política e assim se fez.

Em 1822 D. Pedro proclama a independência do Brasil sendo coroado
como imperador D. Pedro I. No período imperial a educação ainda é precária, marcada por uma população escrava com a economia agrária que não via educação como meta prioritária, sendo que a população era analfabeta em sua maioria seguindo assim essa educação os mesmos moldes da educação colonial.

"A elite educa seus filhos em casa e aos demais segmentos sociais só
resta a oferta de pouquíssimas escolas cujas atividades se baseavam somente em ler, escrever e contar" Aranha (1996, p. 155). Nota-se assim que a elite tinha maior acesso à educação neste período. Mas houve ainda neste tempo à criação de cursos e escolas inovando assim o ensino.

Segundo Aranha (1996, p. 155), "para melhor formação dos mestres são fundadas as primeiras escolas normais em Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e São Paulo (1846), sendo um ensino formal,precário e irregular atendendo a pouquíssimos alunos". Vimos que mesmo com a criação destas escolas normais o descaso pelo preparo do professor era notável, se devendo isso pela sociedade não ter interesse em priorizar a educação.

Outro fator importante observado nestas escolas normais é que de início ela era acessível somente aos rapazes, pois a educação feminina espera o final do século para despertar algum interesse. "A primeira escola normal de São Paulo, só 30 anos depois de fundada, passa a oferecer uma seção feminina". Conclui-se então que a mulher nesta época era discriminada, vivendo uma vida de dependência e inferioridade, em relação ao homem, se dedicando somente às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras.

A educação imperial trouxe algumas características da educação jesuíta como vemos a seguir: A tradição da memorização tinha reação direta, com o ensino religioso, principalmente do catequismo, a repetição mecânica era necessária, pois não podia introduzir palavras e idéias próprias sobre aquilo que era dogma da fé, sob o rico de heresia. Os professores usavam este método de memorização com questionários de perguntas e respostas, acreditando ser assim a melhor maneira de fixação da aprendizagem dos alunos.

Outro fato que nos chama a atenção é o desinteresse por parte do
governo na educação do Império, ou seja, da educação popular se voltando apenas para as profissões liberais destinadas somente à minoria privilegiada "elite". O ensino no Império era caracterizado em etapas que demonstram cada vez mais o descaso dos governantes em formar um sistema nacional de ensino, ao invés disso as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos nos níveis secundá-

rio e elementar.
Nota-se que este ensino preparava para o ingresso ao ensino superior,
mas assim como o ensino elementar, o ensino secundário caracterizava-se por um ensino falho por falta de arrecadação de recurso por parte das províncias, este ensino ficou nas mãos da iniciativa privada, e em conseqüência disto apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos.
"O colégio D. Pedro II foi destaque do ensino secundário, destinado a
servir de padrão do ensino". (ARANHA, 1996, p. 154). Esse colégio foi fundado no Rio de Janeiro sob administração da coroa, sendo o único autorizado a realizar exames para conferir grau de bacharel, indispensável para o acesso aos cursos superiores por isso este colégio se destacou na história.
O Brasil nesta época foi governado por D. Pedro I e o seu reinado durou de 1822 a 1831 governando de forma autoritária e devido a sua tirania abdicou em 1831 em favor do seu filho, Pedro de Alcântara e este período foi conhecido como 1º reinado. Só que Pedro de Alcântara só tinha 5 anos de idade e não podia assumir o trono então o Brasil foi governado provisoriamente pelos regentes e só em 1840 D. Pedro II assumiu o trono caracterizando-se assim esse período Segundo Reinado.
Durante o reinado de D. Pedro II, o café tornou-se o principal produto da exportação do país, intensificando um surto industrial no país, havendo assim o fortalecimento da burguesia urbano-industrial e por pressão da Inglaterra houve a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Notamos que o Brasil estava passando por mudanças quanto a economia, trabalho e sociedade e tantos outros fatores e para muitos o governo de D. Pedro II estava antigo, necessitando o país de um governo que exigisse as demandas da modernidade.
As cidades cresciam, ganhavam luz elétrica, telégrafos, linhas de trem e
até algumas indústrias, o trabalho escravo era substituído pelo trabalho livre. O poder centralizado tinha sido útil para defender o latifúndio e a escravidão, mas para o oeste paulista era melhor que cada província tivesse liberdade de governar, para assim São Paulo estar livre para pensar em seus próprios benefícios e isso só seria possível com a proclamação da república.
Havia também um motivo forte para a implantação da república era uma exigência da sociedade brasileira de exercer o direito da cidadania, ou seja, o direito do cidadão de ser respeitado pelo Estado. No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das unidades militares da capital e ordenou a prisão do 1º ministro. Horas depois D. Pedro II recebia ordens de abandonar o país e o Brasil tinha deixado de ser império. A República não herdou do Império um sistema articulado do ensino, para ingressar no secundário não exigia a conclusão do primário, para ingressar no superior não se exigia a conclusão do secundário. (LEI nº. 9.394, de 20/12/1996).
Mesmo com tantas mudanças ocorrendo no país fica claro que o ensino no período republicano até 1930, foi um ensino peculiar as meras copilações da colônia, e do império. A República foi uma revolução mas não teve a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas necessárias às novas instituições democráticas.
Para a população camponesa a educação não era fator necessário, pois não se exigia nem a alfabetização para a realização do trabalho rural. Já para as classes médias e operárias urbanas procuravam a escola para consecução de emprego nas poucas fábricas. Só após 1930 com o crescimento da urbanização e industrialização a educação chegou as classes menos favorecidas. "A revolução de 1930 foi uma oposição às forças conservadoras que integram grupos de diferentes segmentos, intelectuais, militares, políticos". Esta revolução trouxe transformações substancias no país em vários aspectos.
Durante a primeira república, Getúlio Vargas se torna o chefe do governo provisório e governa de 1937 a 1945, conhecido como protetor dos trabalhadores, na cidade com o seu governo autoritário passa a controlar a estrutura sindical, subordinado-a ao Estado. Enquanto isto na educação tentam se implantar reformas com a ajuda do positivismo.
As reformas positivistas não se implantam

devido à falta de infra-estrutura e de apoio das elites. O ensino elementar continua a receber menor atenção e o secundário continua a ser privilégio das elites para ter acesso ao curso superior, havendo assim um sistema dual uma escola para ricos e outra para pobres.

"A educação na primeira República sofre transformações em decorrência das necessidades sociais e econômicas". (ARANHA, 1996, p. 203).

Amplia-se a oferta de escolarização com a industrialização e o
crescimento da população o ensino secundário passa a ter dois ciclos um
fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, este último visando
a preparação para o curso superior. O número de escolas primárias dobra e de
secundárias quadruplica e as escolas técnicas se multiplicam.

"Depois da Segunda Guerra Mundial começa a segunda República que se estende desde a deposição de Getúlio em 1945 até o golpe militar em 1964". Sabemos que Getúlio Vargas estava no Governo desde 1937, mas foi deposto em 1945 quando a Segunda Guerra Mundial terminou ele ficou em uma situação política difícil, pois os soldados brasileiros haviam entrado na Europa contra regime ditatoriais e voltam para o Brasil, que estava em pleno regime de ditadura. Getúlio Vargas sentiu a necessidade de modificar o regime político, por isso marcou eleições presidenciais, mas as Forças Armadas temendo que essas eleições não se realizassem depuseram Getulio Vargas.

Getúlio Vargas foi substituído por José Linhares e depois houve eleições e quem assumiu foi Dutra e durante o governo de Dutra, Vargas continuou na política como senador, mas houve eleições para o segundo quinquênio e ele se apresentou como candidato a presidente e foi ele com apoio do PSP (Partido Social Progressista) que foi eleito e governou de 1951 a 1954.

Getúlio Vargas voltou ao governo em plena campanha do petróleo onde se exploram o petróleo para melhoria da economia e a campanha do petróleo reuniu todas as camadas sociais, camadas urbanas, do operariado e a burguesia.

Esta campanha foi um movimento do qual participou intensamente o povo brasileiro e a Petrobrás tornou-se Lei e o Estado passou a ter o controle e a exploração do petróleo brasileiro. Essa campanha de base populista custaram-lhe a vida. Em 1954, pressionado para deixar o governo envolvido em tramas sinistras. Vargas preferiu o suicídio. "Na educação um debate nunca visto tem como pano de fundo o antiprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que leva 13 anos para entrar em vigor". (BRZEZINSKI, 1997, p. 9).

Esta LDB tinha como objetivo principal, fazer um movimento social em
defesa da Escola Pública, sendo que esse projeto é longo e tumultuado e se
estende até 1961, data da sua promulgação.

Assim, confusamente, os professores assimilaram a idéia de que todos fracassos que acompanham as atividades feitas pelo Brasil até, então, no tocante à escolarização pública eram derivados de uma escolha errada de modelos de ensino advindos do exterior e que novas e melhores escolhas deveriam ser feitas. Na república quis substituir-se o velho professor carrancudo que se baseava nas sentinelas da tabuada na memorização mecânica para um professor com idéias novas participante da Escola Nova com atividades referentes agora para pessoas que participavam de um ensino livre. Foram feitas algumas mudanças na segunda república.

Mas em 1964, há um golpe militar onde é destruído o estado de direito e a política fica nas mãos de militares onde os grupos menos favorecidos como
camponeses, operários e estudantes são reprimidos, censurados até a prisão,
tortura, exílio e assassinato, sendo que a economia nesta época só é benéfica para as multinacionais e as pequenas e médias empresas são prejudicadas pelo endividamento externo e aumento da inflação. Os brasileiros perdem o poder de participação pois os presidentes militares são autoritários não permitindo qualquer operação ao regime.

Muitas reformas acontecem nesse processo ditatorial como pensar num ensino que prepare para o mercado de trabalho. Aranha (1996, p. 214), "nos afirma que houve reformas do 1º e 2º grau, reformas universitárias e a reforma da LDB".

A reforma universitária unifica o vestibular e muda as faculdades para universidades,

para melhor concentração do diversos materiais humanos em estabelecimentos isolados, congregando disciplinas afins. (ROMANELLI, 2002, p. 228).

Mesmo com tanta reforma o ensino ainda é caótico mesmo com a criação da escola única pela reforma da LDB e também a profissionalização no ensino, muitas reformas ficaram só no papel devido falta de recursos materiais só um pouco depois foram executadas e o ensino mesmo nos dias atuais necessita de reformas eficazes para haver melhorias.

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada pelo então presidente do país Fernando Henrique Cardoso, uma nova LDB, nº 9.394/96, a aprovação da mesma trouxe mudanças significativas na educação de jovens e adultos, pois inicialmente a LDB defendia a escola pública, mas com a aprovação da nova LDB houve uma renovação objetivando assim transformações nos vários níveis de ensino, através da criação de artigos abrangendo toda a sociedade, visando o acesso da mesma à escolarização, para a formação plena do homem. No artigo tratava-se da educação nacional abrangendo à todos indivíduos, se desenvolvendo em vários lugares.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e
pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas
manifestações culturais. (Lei nº 9.394/96, art. I).

Entretanto com a LDB, há um reordenamento dos sistemas educativos,
com reforma e inovações educacionais para integração da sociedade num ensino que atinja os interesses de cada indivíduo, analisando e encaminhando soluções para as crises existenciais principalmente nas redes públicas de ensino.

Grande parte dos avanços conquistados na educação se deve à
implantação da LDB que abriu caminhos para a democratização, a universalização e a melhoria do ensino, atribuindo as responsabilidades do ensino do educando a dois órgãos importantíssimos.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de
liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno
desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e
sua qualificação para o trabalho (Lei nº 9.394/96 art 2).

Com esta lei entende-se que o Estado passa a ter deveres com a
educação assegurando o ensino fundamental, obrigatório e gratuito a todos,
estendendo o mesmo ao ensino médio. Também dar atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais, oferecer gratuitamente o ensino as crianças de zero a seis anos em creche e pré-escolas e desenvolver programas para garantir a qualidade do ensino. Além de oferecer programas suplementares de material didático, de transporte, de alimentação e de assistência à saúde.

A família também cabe o dever de matricular as crianças, a partir dos seis anos, no ensino fundamental conscientizando-as a respeitar a direção escolar.

A LDB feita de nove títulos e de 92 artigos, traz definições políticas que
deverão orientar o sistema educacional nos próximos anos com uma visão menos tecnicista da formação dos jovens e uma maior preocupação com a formação do educador e educando. Há vinculação de recursos financeiros seguindo as demandas do Estado e a determinação da elaboração do plano nacional de Educação sem se esquecer da afirmação do direito de todos à educação.

Em suma esta lei trouxe mudanças nas várias modalidades de ensino o
que veremos nas propostas abaixo citadas. No atendimento da educação infantil foi incluindo o atendimento em creches às crianças na faixa etária de zero a seis anos com intuito de suprir as dificuldades das crianças, especialmente das classes populares com a inserção de programas de educação compensatória, para assim preparar as crianças para ingressarem na escola regular.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como
finalidade o desenvolvimento integral da criança, seis anos de idade, em
seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, cumprimentando a
ação da família e da comunidade. (Lei nº

9.394/96, art. 29).

A educação infantil tem priorizado ações para não só formar crianças, mas também formar professores que não tenham a habilitação exigida pela (LDB), para o exercício da profissão, pois quando os profissionais da educação estão mais preparados executam um ensino de maior capacitação para os que o recebem.

A LDB também propõe na educação infantil um ensino para o aluno ter acesso ao ensino fundamental. Pois segundo a lei 9.394/96, art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Nota-se que na educação infantil há uma avaliação se o aluno está apto a ingressar no ensino fundamental não havendo ainda a prova mas a avaliação do desenvolvimento da coordenação motora, exercício da memória e a visualização da criança para conhecimento de cores, conhecimento de nomes de animais e frutas para assim estar apto na promoção de ingressar no ensino fundamental.

O ensino fundamental na nova LDB é a segunda etapa da educação básica, com nove anos de duração, iniciando-se a partir dos seis anos de idade a matrícula das crianças, sendo que neste nível de ensino há a organização do conhecimento, tendo por objetivo a formação básica do cidadão mediante: "O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo". (Lei nº 9.394/96, art. 32 I).

Antes da promulgação da LDB de 1996 a oferta do ensino fundamental excluía os que ultrapassassem a faixa de quatorze anos crescendo assim o número de analfabetos, mas com a lei todos puderam ter acesso ao ensino fundamental independente da idade. Mas em 2004, o ensino fundamental que antes era de oito anos, foi ampliado para nove anos. Conforme mensagem ao Congresso Nacional. (2005, p. 159). O ensino fundamental de nove anos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

O Ministério da Educação juntamente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de educação (CONSED) e as secretarias estaduais e municipais de Educação foram responsáveis pela elaboração do documento "Ensino Fundamental para nove anos - Orientações gerais e daí em diante o ensino fundamental passou a ser de nove anos".

Vale ressaltar que as mudanças percebidas no ensino de história são reflexos das mudanças na produção historiográfica que vem ocorrendo lentamente desde meados do século XX. Logo, a maneira de se pensar e escrever à história sendo debatida no espaço acadêmico leva à mudanças significativas e perceptíveis na história ensinada também nos níveis fundamental e médio. O ensino dessa disciplina, até a década de 70, centrava-se na concepção positivista e reprodutivista da história. Positivista por enfocar seu estudo somente em grandes nomes da História política e reprodutivista por o país estar vivenciando o Golpe Militar o ensino se via na obrigação de seguir modelos destituindo aspectos dialéticos e críticos para reprodução de um ensino mecânico.

Já na década de 80 houve mudanças neste ensino de história, com a influência do marxismo, da Nova História e da Historiografia Inglesa, alguns livros didáticos se renovaram e outros surgiram, com auxílio do espaço acadêmico houve uma maior criticidade na abordagem histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas havia dificuldades para esse ensino se concretizar, pois os colégios eram dispersos, os mestres incompetentes pela questão de serem mau remunerados. A escola era frequentada somente pelos filhos dos homens que recebiam apenas uma educação que os preparava para assumir a direção do clã da família e dos negócios no futuro, sendo portanto uma educação limitada a um grupo de pessoas pertencente à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada. Com a expulsão dos jesuítas leigos começaram a ser introduzidos no ensino a reforma pombalina e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação.

Desde o século XIX até os dias atuais os métodos de ensino utilizado nas salas de aulas de história não têm atendido às propostas educativas para gerar um maior interesse nos educandos, surgindo assim a necessidade de inovações nos mesmos. Muitos educadores têm introduzido em suas aulas não só documentos
escritos, mas têm utilizado fotografias que registram as pessoas das sociedades passadas conhecendo assim seu trabalho, suas cidades, seus rostos e vestuários e até vivenciando suas guerras. Outros métodos utilizados são o uso de imagens nas aulas de história, imagens estas produzidas através de filmes que evidenciam o conteúdo estudado, sendo esses filmes considerados como ressurreições históricas de grandes personagens que se destacaram na história. Em suma esta lei trouxe mudanças nas várias modalidades de ensino o
que veremos nas propostas abaixo citadas. No atendimento da educação infantil foi incluindo o atendimento em creches às crianças na faixa etária de zero a seis anos com intuito de suprir as dificuldades das crianças, especialmente das classes populares com a inserção de programas de educação compensatória, para assim preparar as crianças para ingressarem na escola regular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Revista de História e Estudos Culturais. Dossiê
História Oral: Uma Breve Apresentação. Uberlândia: Fênix, 2005.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna,
1996.
BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições da Instrução Pública. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e
métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
BRASÍLIA. Mensagem ao Congresso Nacional - Secretaria da Comunicação do
Governo e Gestão Estratégica, 2005.
BREJON, Moysés. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. São
Paulo: Pioneira, 1987.
BRZEZINSKI, Iria (Organizadora). LDB Interpretada: Diversos Olhares se
entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.
CABRINI, Conceição. O Ensino de história: revisão urgente. São Paulo.
Brasiliense, 1994.
CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, 1990.
FONSECA, Silva Guimarães. Caminhos da história ensinada. São Paulo: Papirus, 1993.
FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte:
Autêntica, 2003.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do Processo. São
Paulo, 1986.
PERRENOUD, Philippe. Dez novas técnicas para ensinar. Porto Alegre: Artes
Médicas Sul, 2000.
PROCTOR, James. Ensinando a ensinar o ensino: técnicas, notas e sugestões. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviço de Imprensa, LTDA, 1968.